

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 639.477 - RS (2004/0008965-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADORES : MARIA DA GRAÇA HAHN E OUTRO(S) - RS027270
CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO - SP162442
REQUERIDO : COOPERMONTE COOPERATIVA MISTA DE LEITE E
DERIVADOS DE MONTENEGRO LTDA
ADVOGADO : PAULO LAERTE MELO ZOCCOLI E OUTRO - RS018159

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PIS. ATO COOPERATIVO. ERRO MATERIAL. JULGAMENTO DE MATÉRIA DIVERSA DAQUELA TRATADA NOS PRESENTES AUTOS. PEDIDO APRESENTADO PELA FAZENDA NACIONAL ÀS FLS. 3/589 DO EXPEDIENTE AVULSO, A FIM DE SANAR O ERRO MATERIAL INDICADO. EXISTÊNCIA DE AÇÃO RESCISÓRIA EM TRÂMITE, PROPOSTA EM 7.12.2018, E AUTUADA SOB O NÚMERO 6375/RS, NO QUAL SE POSTULA A RESCISÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS PRESENTES AUTOS POR VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO.

1. Trata-se de petição apresentada pela Fazenda Nacional, após o trânsito em julgado do acórdão de fls. 395/420, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, noticiando que o referido decisum incorreu em erro material decorrente da apreciação de matéria absolutamente diversa daquela submetida a julgamento desta Corte Superior. Relata que, na origem, trata-se de Ação Declaratória proposta por Cooperativa Mista de Leite e Derivados de Montenegro Ltda., objetivando afastar a exigibilidade da **contribuição ao PIS incidente sobre a receita advinda dos atos cooperativos**. Todavia, ao apreciar o Recurso Especial interposto contra acórdão que manteve a sentença de improcedência do pedido, a Colenda Primeira Turma desta Corte Superior acolheu voto da relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, para dar provimento ao Apelo Nobre, reconhecendo **a não incidência da COFINS sobre o faturamento/receita bruta decorrente de atos cooperativos**.

2. Embora a requerente tenha demonstrado o erro material no presente caso, qual seja, a apreciação de matéria distinta daquela delimitada na petição inicial e submetida a essa Corte Superior em sede de Recurso Especial, em 7.12.2018, a Fazenda Nacional propôs Ação Rescisória, autuada sob a numeração 6375/RS, postulando a desconstituição do acórdão proferido no REsp. 639.477/RS, com fundamento no art. 966, IV do CPC/2015, o que revela prejudicialidade do presente pleito.

3. Requerimento apresentado pela FAZENDA NACIONAL indeferido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, indeferir a petição em razão da existência de ação rescisória proposta, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 11 de dezembro de 2018 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

